

# **MÓDULO II**

## **CONCEITOS UTILIZADOS**

### **NA LRF**



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	II	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONCEITOS UTILIZADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	ÚNICA	1/4

## II – CONCEITOS UTILIZADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A LRF conceitua alguns termos que facilitam sua compreensão. Eis os principais:

**Responsabilidade na Gestão Fiscal:** ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

**Ente da Federação:** a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.

**Empresa Controlada:** sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

**Empresa Estatal Dependente:** empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. A Portaria STN/MF nº 589/01 e as Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal trouxeram novos elementos para caracterizar as Empresas Estatais Dependentes, como:

- recebimento de recursos financeiros de seu controlador no exercício anterior e autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade no exercício corrente;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	II	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONCEITOS UTILIZADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	ÚNICA	2/4

- inclusão das despesas e receitas das estatais dependentes na Lei Orçamentária Anual;
- que a empresa seja deficitária, ou seja, que não consiga manter-se com recursos próprios (art. 3º).

**Receita Corrente Líquida:** somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive as relativas à Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), deduzidos, no caso do DF:

- a) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes de previdências;
- b) os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de pessoal das áreas de segurança pública, saúde e educação (Fundo Constitucional do Distrito Federal – art. 21, inciso XIV, da CF/88).

**Renúncia de Receita:** anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**Despesa Obrigatória de Caráter Continuado:** aquela derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo que fixem prazo superior a dois exercícios para sua execução, exceto serviço da dívida e o reajustamento de remuneração de pessoal previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

**Despesa Total com Pessoal:** somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	II	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONCEITOS UTILIZADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	ÚNICA	3/4

mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

**Transferência Voluntária:** entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

**Dívida Pública Consolidada ou Fundada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. As Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal trouxeram novos elementos para caracterizar a Dívida Pública Consolidada, como: precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos e operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 meses, tenham constado como receitas no orçamento.

**Dívida Pública Mobiliária:** dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

**Operação de Crédito:** compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	II	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONCEITOS UTILIZADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	ÚNICA	4/4

operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

**Concessão de Garantia:** compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

**Refinanciamento da Dívida Mobiliária:** emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

**Outras Despesas com Pessoal:** valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos.

## Decisão - TCDF nº 4489/2006

O Tribunal firmou o entendimento de que somente são aplicados às empresas controladas não dependentes de recursos financeiros do Tesouro local, considerada a dependência definida na forma das Resoluções Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, os princípios gerais da Lei Complementar nº 101/2000, como planejamento, transparência, controle e responsabilização, bem assim os seguintes dispositivos da mencionada lei: art. 26; art. 32, "caput"; art. 35, "caput" e § 1º; art. 36; art. 37, "caput" e inciso II; art. 40, §§ 6º, 7º e 8º; art. 43, "caput" e § 2º, I e art. 47.